

Bandeiras nacionais e retórica política: Uma comparação semiótica entre Itália e Brasil^a

National flags and political rhetoric: A semiotic comparison between Italy and Brazil

MASSIMO LEONE^b

Universidade de Turim. Turim – Itália.

RESUMO

Este artigo explora a complexidade semântica e simbólica das bandeiras na cultura contemporânea. Discutindo exemplos específicos da Itália, o texto analisa como as bandeiras são empregadas em contextos variados, revelando suas conotações sociopolíticas, comunicacionais e culturais. Ele utiliza teorias semióticas para desvendar a relação entre as bandeiras e seus significados em diferentes situações, destacando a ambiguidade inerente a esses símbolos e seu papel na expressão de identidade nacional, protesto e poder. O artigo aborda também a influência do material, cor e contexto na interpretação das bandeiras.

Palavras-chave: Bandeiras, semiótica, identidade nacional, símbolos culturais, protesto, ambiguidade simbólica

ABSTRACT

This study explores the semantic and symbolic complexity of flags in contemporary culture. Discussing specific examples in Italy, it analyzes how a variety of contexts employ flags, showing their socio-political, communication, and cultural connotations. It uses semiotic theories to describe the relation between flags and their meanings in different situations, highlighting the ambiguity inherent in these symbols and their role in expressing national identity, protest, and power. This study also addresses the influence of material, color, and context on the interpretation of flags.

Keywords: Flags, semiotics, national identity, cultural symbols, protest, symbolic ambiguity

^a A parte teórica deste artigo atualiza Leone (2021).

^b Professor titular de Filosofia da Comunicação no Departamento de Filosofia e Ciências da Educação da Universidade de Turim, Itália, Diretor do Centro de Estudos Religiosos da FBK, Trento, professor titular visitante de Semiótica no Departamento de Língua e Literatura Chinesa da Universidade de Xangai, China, membro associado da *Cambridge Digital Humanities*, Universidade de Cambridge, e professor adjunto da UCAB, Venezuela. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8144-4337>. E-mail: massimo.leone@unito.it

D

Yet a flag has no real significance for peaceful uses.

H.G. Wells, *The World of William Clissold*

A RELEVÂNCIA SEMIÓTICA DAS bandeiras é evidente: Ferdinand de Saussure mencionou “*les signaux militaires*” [os sinais militares], provavelmente referindo-se também às bandeiras militares, na passagem em que ele primeiro levantou a hipótese do desenvolvimento desejável de uma nova disciplina chamada “semiologia” (Chandler, 2022; Saussure, 1971, p. 33). Ele muito provavelmente tinha o intuito de estudar as bandeiras como unidades de um sistema predominantemente simbólico de sinais, no qual um código ordenado une um significante e um significado. Neste e em casos similares, as bandeiras são ou foram adotadas precisamente para aumentar a visibilidade da comunicação e diminuir, como consequência, sua ambiguidade.

As bandeiras que são utilizadas como sinais, entretanto, não são o tópico mais interessante da investigação semiótica¹. O conhecimento do código que sustenta o uso de um sistema de sinalização baseado em bandeiras é útil, mas não abre o campo para a interpretação: o aceno de uma determinada bandeira, ou série de bandeiras, corresponde a um conteúdo semântico que é determinado pelo código, não deixando espaço para interpretações alternativas. Nessas circunstâncias, somente um conhecimento inadequado do código pode dar origem a leituras duplicadas dos artefatos significantes.

UMA HISTÓRIA DE DUAS BANDEIRAS

Mas as bandeiras não são apenas sinais. Suas instâncias semióticas mais interessantes são exatamente aquelas em que suas manifestações expressam todo um conjunto de significados socioculturais, que muitas vezes se sobrepõem, se entrelaçam, se imbricam e às vezes se confundem². Antes de seguir adiante com a teoria, o artigo proporá agora um exemplo chocante.

Em 31 de janeiro de 2018, a polícia italiana encontrou dois grandes carrinhos na periferia de Macerata, na Itália central. Eles continham o cadáver decepado de Pamela Mastropietro, uma menina de 18 anos, de Roma, que havia desaparecido dois dias antes de uma clínica de reabilitação onde ela estava tentando curar seu vício em drogas. As partes do corpo haviam sido completamente limpas e seu sangue drenado. Imagens de câmeras de segurança e outras evidências permitiram à polícia processar imediatamente Innocent Oseghale, um nigeriano de 29 anos já conhecido pelas forças policiais por tráfico de drogas.

Na manhã do sábado seguinte, 3 de fevereiro de 2018, Luca Traini, um italiano de 28 anos, começou a dirigir pela cidade de Macerata e atirar nas pessoas que o

¹ Sobre os diferentes aspectos semióticos de uma bandeira, ver Sebeok (1997); para um desenvolvimento, Knowlton (2012).

² A literatura sobre a semiótica das bandeiras nacionais é abundante; as observações clássicas já estão em Durkheim (1912): “o soldado que cai defendendo sua bandeira certamente não acredita ter se sacrificado a um pedaço de pano” (p. 29); para uma visão antropológica, ver Firth (1973, p. 328-367); uma perspectiva sociológica está em Weitman (1998); e uma crítica da “vexilologia” de Weitman está em Pasch (1975).

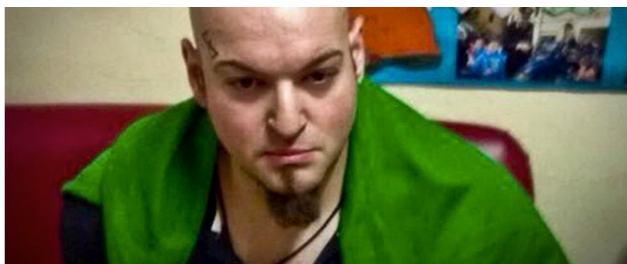
A literatura também inclui análises semióticas de bandeiras específicas, tais como o estudo da cruz na bandeira escocesa em Pelkey (2017, p. 60-63); para uma análise pós-colonial, ver Ogenga (2014).

Uma pesquisa sobre as relações entre semiótica e vexilologia está em *Consider Vexillology* (2013). Para uma introdução geral à vexilologia, ver Smith (1975). Algumas análises se limitam a uma leitura de primeiro nível das bandeiras sem problematizar todas as suas dimensões semióticas (por exemplo, Mangiapane e Migliore, 2021); o estudo mais importante e aprofundado da semiótica das bandeiras é Wagner e Marusek (2021).

viam como um imigrante de origem africana. Ele feriu seis pessoas, uma delas gravemente, antes de ser bloqueado e preso pela polícia. Poucos momentos antes de sua prisão, Traini, cuja cabeça foi completamente raspada e tatuada com um símbolo nazista sobre a orelha direita, tirou o casaco, colocou uma bandeira italiana nos ombros (Figura 1), depois subiu as escadas de um monumento às vítimas da guerra na praça onde o carro havia sido bloqueado, virou, levantou o braço direito para fazer a saudação fascista e gritou: “*Viva l’Italia!*”.

Figura 1

Luca Traini após sua prisão, ainda com uma bandeira italiana sobre seus ombros



Nota. Fotografia anônima em domínio público.

Poucos meses antes, em 29 de maio de 2017, o presidente da República Italiana, Sergio Mattarella, com o Primeiro Ministro, Paolo Gentiloni, visitaram a cidade de Mirandola, a fim de homenagear as vítimas do devastador terremoto que havia atingido a cidade central italiana cinco anos antes. Ao se encontrarem com os funcionários e estudantes da escola secundária Galileo Galilei, que foi reconstruída, o presidente e o ministro foram saudados pela estudante e atleta Mbayeb Bousso, de ascendência africana, com um vestido comprido feito por estudantes de moda com a forma e as cores da bandeira italiana (Figura 2).

Em 4 de junho de 2017, Giulio Cozzani, cidadão de Pistoia, membro e ativista da Associação Nacional de Soldados e Veteranos, apresentou queixa em uma delegacia de polícia local por profanação da bandeira nacional³, alegando, em particular, que vestir a bandeira havia violado o Decreto nº 121 do Presidente da República Italiana, de 7 de abril de 2000, que regulamenta o uso das bandeiras italiana e da União Europeia na Itália pelas administrações estatais e instituições públicas. Segundo Cozzani, duas das prescrições aí contidas teriam sido violadas: primeiro, a bandeira nunca deveria tocar o chão, enquanto o vestido da estudante tinha uma longa cauda; segundo, a bandeira nunca deveria ser usada, ainda menos para embrulhar coisas. No entanto, é evidente para todo leitor do decreto que este não contém nenhuma das normas citadas na reclamação de Cozzani.

³ Sobre a semiótica da profanação da bandeira, ver Hundley (1997); um tratamento extensivo do mesmo caso está em Goldstein (2000); uma monografia sobre a queima da bandeira e suas consequências legais é Welch (2000).

Figura 2*Mbayeb Bousso usando a bandeira italiana*

Nota. Fotografia anônima em domínio público.

MARCANDO AMBIGUIDADE

Esses episódios recentes de significação de bandeira na cultura italiana atual desafiam os semioticistas, pois eles não lhes apresentam a simples tarefa de decodificar mecanicamente o significado de um enunciado de bandeira com base em um código preexistente, mas têm a necessidade muito mais espinhosa de encontrar o código sociocultural não escrito com base no qual uma bandeira e seu enunciado expressam um significado no contexto pragmático preciso em que tal enunciado de bandeira ocorre.

Agora é hora de voltar à teoria para procurar articular o campo semântico e pragmático de uma bandeira. A semiótica de Hjelmslev (1943), que complexifica a semiologia de Saussure, oferece uma estrutura analítica útil. Como todo sinal, uma bandeira é composta de um plano de expressão e de um de conteúdo. Cada um desses dois planos, então, pode ser teoricamente subdividido em três estratos, como Hjelmslev chamaria a matéria, a forma e a substância de um sinal.

Começemos com o plano expressivo. A questão de uma bandeira é principalmente a cor. Uma bandeira branca existe, e sua ondulação convencional significa rendição, mas não há uma bandeira transparente. Em cada bandeira,

a cor, ou seja, uma certa combinação de brilho, saturação e matiz, é um elemento expressivo fundamental que, em contraste com as diferentes cores usadas por bandeiras diferentes ou por nenhuma bandeira, transmite um significado social e culturalmente codificado⁴. A cor nas bandeiras, porém, não tem significado por si só, mas em conjunto com as duas outras dimensões que, segundo a semiótica estrutural, compõem o nível plástico de todo texto visual, ou seja, topologia e forma. Isso significa que, primeiro, a cor nas bandeiras é delimitada por formas específicas, e, segundo, que essas formas de cor são dispostas de acordo com relações espaciais específicas.

⁴Sobre o código semiótico das bandeiras, ver Watt e Watt (1997, pp. 410-411).

A AGÊNCIA DAS BANDEIRAS

Outro elemento plástico, portanto, também é igualmente fundamental para constituir a questão significativa de uma bandeira: a textura. É verdade que podemos reconhecer uma bandeira quando ela é reproduzida na tela de um computador, mas isso não é propriamente uma bandeira, e é apenas metonimicamente que a chamamos assim. É, ao contrário, a reprodução bidimensional de uma bandeira, uma reprodução que mais ou menos fielmente torna sua cor, forma e relações topológicas, mas não a quarta dimensão plástica de sua textura⁵. *Uma bandeira é, de fato, essencialmente uma combinação de cores, formas e relações espaciais em um tecido.*

O fato de uma bandeira adequada envolver intrinsecamente uma dimensão têxtil não deve ser negligenciado, pois ele desempenha um papel importante nos episódios da recente crônica italiana mencionados acima. Etiologicamente, a conexão entre bandeiras e tecidos se deve à pragmática essencial deste dispositivo significativo: uma bandeira tradicionalmente não significa apenas por si só, mas também em conjunto com agentes humanos ou naturais que modificam sua posição e comportamento cinético em relação ao meio ambiente. Todos nos lembramos de como a bandeira dos Estados Unidos fica desanimada na lua, onde nenhum agente natural, como o vento ou a brisa, permite sua ondulação.

⁵Umberto Eco expõe sobre a diferença entre uma bandeira e o ícone de uma bandeira em Eco (1975, § 3.5.8) (sinais pseudo-icônicos).

Na pragmática tradicional da bandeira, ao contrário, é semioticamente importante que esta seja agitada por forças humanas ou naturais. Isso porque o próprio movimento da bandeira, e não apenas sua aparência estática, tem um significado: quando uma mão humana agita uma bandeira, ela enfatiza seu alcance de significados de acordo com a direção e o ritmo da ondulação; em um estádio, por exemplo, os torcedores de futebol agitam a bandeira de seu time com o maior movimento possível, de modo que esta ocupe o maior espaço visual na percepção do público e, portanto, na consciência do status do time. Quando um agente natural, como o vento, agita uma bandeira, o movimento que

resulta dele transmite o mesmo alcance de significado, mas também transmite a sensação de que a bandeira e o que ela representa são de alguma forma dotados de agência autônoma, como se ela fosse capaz não só de ficar de pé, mas também de se mover por conta própria. Essa é uma das razões pelas quais as bandeiras devem adotar principalmente o tecido como seu material e parte de sua matéria expressiva: sua substância é a de um dispositivo de significado flexível, movendo-se livremente no espaço como se animado por uma agência interna.

A FORMA DAS BANDEIRAS

Enquanto a cor delimitada pela forma e topologia e inscrita em um tecido constitui a matéria expressiva de uma bandeira, sua forma é dada pelo código mais ou menos explícito pelo qual esses elementos são determinados e transformados na substância significante de uma gama específica de conteúdos. As nações atuais prescrevem explicitamente e em detalhes o código em observância ao qual a forma de suas bandeiras deve ser disposta. Na Itália, por exemplo, o art. 12 da Constituição, o documento legal mais importante do Estado, prescreve que a bandeira da República é o “*tricolore*” italiano [bandeira tricolor]: verde, branco e vermelho, em três faixas verticais de dimensões iguais. Mas isso não é suficiente, pois o Decreto do Primeiro Ministro, de 14 de abril de 2006, no art. 31, fornece prescrições mais detalhadas quanto à definição cromática e às características textuais da bandeira italiana, indicando seus códigos de cores têxteis Pantone precisos, que devem ser aplicados sobre um tecido específico, o grampo poliéster: Verde 17-6153, Branco 11-0601 e Vermelho 18-1662. O decreto também determina que o uso potencial de outros tecidos deve produzir o mesmo resultado cromático.

Como as bandeiras nacionais também são mnemotécnicas coletivas, elas geralmente adotam combinações de poucas cores⁶. As bandeiras em forma de arco-íris são, como consequência, aquelas que tendem a significar uma rejeição do próprio princípio nacional. As bandeiras nacionais, pelo contrário, dependem de poucas cores porque devem ser lembradas em seus arranjos precisos e em contraste com outras bandeiras. Da escassez de cores que aparecem nas bandeiras e da necessidade de distingui-las de outras combinações resulta a necessidade de especificar com precisão sua tonalidade, brilho e saturações, mesmo com referência a uma fonte tão formal como o código Pantone.

A ETIMOLOGIA DAS BANDEIRAS

Como a história das bandeiras indica, a forma que determina a disposição de sua matéria expressiva em uma substância significativa evolui por meio de

⁶ Sobre esse aspecto da semiótica das bandeiras, ver Llobera (2004, p. 36-37).

mudanças mais ou menos radicais de cor, forma e topologia. A forma embrionária da bandeira italiana, por exemplo, estava no chapéu adotado como símbolo de identidade por estudantes insurrecionistas de Bolonha em 1794. Modelada após o chapéu revolucionário francês, ela tinha o verde substituindo o azul e colocado no centro, com o vermelho como cor externa. Tanto as mudanças intencionais quanto as involuntárias levaram àquela forma inicial que a atual lei italiana prescreve.

Etiologias mais ou menos fundadas têm a reputação de estar na origem da escolha final; estes relatos etiológicos, no entanto, explicam o significado real da bandeira italiana como etimologias podem explicar o significado de uma palavra: como é claro para os linguistas, a etimologia de uma palavra pode ser informativa sobre sua história desde épocas remotas até a atual, mas não necessariamente esclarece seu significado atual, que é dado, ao contrário, pelo campo semântico que uma comunidade de falantes tende a cobrir com tal palavra (Erokhina & Soboleva 2020). Da mesma forma, a história da bandeira italiana certamente contribui para explicar como suas cores e sua disposição foram finalmente selecionadas, mas não ajuda a entender qual é a gama de significados que os italianos atuais atribuem a esse dispositivo significante. A bandeira que cobriu os ombros de Luca Traini após sua tentativa de massacre em Macerata não tem o mesmo significado que a que envolveu a estudante de ascendência africana na escola secundária de Mirandola.

A SEMÂNTICA DAS BANDEIRAS

De acordo com a semiótica de Hjelmslev, a dialética entre os três estratos de matéria, forma e substância pode descrever não apenas como funciona o plano expressivo de um sistema de sinais, mas também como seu plano semântico é articulado de modo a entrar em uma função semiológica com a expressão. Qual é a forma segundo a qual o plano semântico de uma bandeira é disposto?

Diferentes tipos de formas culturais determinam o significado das bandeiras. Esses tipos podem ser organizados de acordo com a extensão de sua codificação. Se a linguagem verbal, e sobretudo a linguagem verbal escrita, que Lotman utilizava para considerar o sistema primário de modelagem de uma semiosfera associa explicitamente certas cores, formas, topologias e texturas em uma bandeira com certos conteúdos semânticos ou pragmáticos, então a forma cultural que traz o significado da própria bandeira é, em geral, altamente codificada.

Esse é o tipo de bandeira que Ferdinand de Saussure tinha em mente quando as incluiu entre os objetos a serem estudados pela nova disciplina da semiologia. Um código que é explicitamente verbalizado e até mesmo escrito prescreve o que as bandeiras militares sinalizam. As ambiguidades, nesse domínio,

se devem exclusivamente ao conhecimento impreciso do próprio código ou à descodificação aberrante, como Umberto Eco (1975) a chamaria.

O caso das bandeiras nacionais é muito mais complicado. Como vimos, a Constituição Italiana declara que a bandeira da República Italiana é o “*tricolore*”, e a descreve brevemente. Outros decretos especificam o código segundo o qual o plano expressivo da bandeira italiana é disposto. Nem esses decretos nem mesmo a Constituição, entretanto, determinam explicitamente, por meio do uso da linguagem verbal como meta-código, qual deve ser o significado da bandeira italiana. Isso ocorre porque as bandeiras nacionais não são expressões verbais, mas artefatos visuais cuja denotação é bastante clara – uma nação de fato –, mas cujas conotações são, ao contrário, extremamente variadas.

Além disso, seria impossível determinar por lei ou outro tipo de código escrito o significado de uma bandeira; o significado das bandeiras militares só pode ser codificado em termos do que as pessoas devem *fazer* quando são vistas, e não em termos do que as pessoas devem acreditar ou sentir quando as percebem. Em outros termos, enquanto a resposta pragmática a uma bandeira pode ser codificada e sancionada, a reação cognitiva e mais ainda a reação emocional a ela escapam à codificação porque escapam ao controle. Um soldado que omite prestar homenagem à bandeira nacional durante uma cerimônia pode ser punido, mas se ele não estiver intimamente permeado pelo patriotismo ao saudar a bandeira, ninguém vai perceber e, aliás, preocupar-se.

A PRAGMÁTICA DAS BANDEIRAS

Isso não significa, entretanto, que a gama de conotações semânticas presas a uma bandeira seja inteiramente subjetiva. As respostas emocionais e pragmáticas às quais essas conotações dão origem são, com certeza, muito mais subjetivas do que aquelas suscitadas pelas palavras. Metatextos, como dicionários e enciclopédias, e instituições, como escolas e academias de línguas, procuram garantir que, se somos membros da comunidade que fala italiano e ouvimos a palavra “*cane*”, não nos preocupemos com um gato, mas com um cão. Se pensamos principalmente em um gato, ou não conhecemos a língua ou há algo profundamente bizarro na forma como funcionamos cognitiva e linguisticamente. Nesse nível de codificação, no entanto, uma bandeira e uma palavra não diferem significativamente. Os repertórios das bandeiras, como os dicionários, prescrevem que quando vemos um tecido apresentando uma justaposição de uma faixa vertical vermelha com uma branca e uma verde, nesta ordem, devemos pensar na nação chamada Itália.

No entanto, a codificação do plano semântico das bandeiras difere significativamente da codificação das palavras, pelo menos em dois aspectos: no que diz respeito ao primeiro, os metacódigos prescrevem não apenas a denotação precisa, mas também, em certa medida, a gama de conotações. Sobre a palavra “*cane*”, por exemplo, os dicionários registram que, na comunidade de falantes de italiano, ela não apenas denota o animal, mas também conota alguém que se comporta mal em um determinado domínio da vida. Ser um membro funcional da comunidade de falantes de italiano significa entender não apenas a frase “*il mio cane è un bulldog*” [“meu cão é um bulldog”], mas também a frase “*mio fratello è un cane*” [“meu irmão é um cão”].

Pelo contrário, todos os membros da comunidade sociopolítica italiana provavelmente sabem que o “*tricolore*” é a bandeira nacional, mas nem todos compartilham as mesmas interpretações dela como um veículo de significados não denotativos. A bandeira italiana é um sinal de independência e unidade nacional, como poderia pensar um cidadão de Turim, ou um sinal de opressão política das minorias étnico-linguísticas, como poderia supor um cidadão de Cagliari, Sardenha?⁷

Postulamos a existência de uma *linguagem* verbal porque o significado da palavra “*cane*”, tanto em termos de suas denotações quanto de suas conotações, não muda em relação à posição do orador na semiosfera. Essa palavra significa o mesmo para o falante nativo e para aqueles que adquiriram o italiano como segunda língua. A existência de uma *linguagem* de bandeiras, ao contrário, não pode ser posicionada da mesma forma: dependendo da posição que ocupamos na semiosfera, nossa percepção da denotação primária da bandeira não muda, mas nossas crenças e sentimentos em relação a suas conotações mudam, não importando quão precisamente a lei se esforce para determinar as características de seu plano expressivo.

A segunda diferença importante na articulação da semântica das bandeiras em relação à das palavras diz respeito ao fato de que, a menos que sejam usadas como sinais, como as bandeiras militares mencionadas por Saussure, ou outros tipos similares de bandeiras, esses sinais não derivam seu significado de uma sintaxe regida por uma gramática. As bandeiras nacionais normalmente não significam algo porque aparecem como justapostas a outras bandeiras nacionais ou supranacionais, mas porque são mostradas em um contexto semiótico com uma grande variedade de elementos semióticos, de edifícios até corpos. Aqui a diferença reside precisamente no fato de que enquanto a *linguagem* contém metaprescrições codificadas sobre a sintaxe das palavras e o significado que elas produzem, o mesmo não pode ser dito sobre as bandeiras. Em outros termos, as condições pragmáticas de enunciação determinam muito mais o significado de uma bandeira do que determinam o de uma palavra, cujo significado depende mais de uma semântica e sintaxe codificadas.

⁷ Um estudo semiótico sobre a “verdadeira bandeira da Sardenha” está em Sedda (2007).

PROFANAÇÃO DE BANDEIRAS

Voltemos ao primeiro episódio mencionado acima: enquanto uma declaração verbal blasfematória pode ser de alguma forma codificada, o que é uma declaração de bandeira blasfematória aparece como menos clara, exatamente porque uma bandeira não é um sinal que significa em um contexto de outras bandeiras, mas um sinal que significa em um contexto de outros sinais, que pode incluir toda a realidade transformada em um sinal.

Vários comentaristas das fotos e vídeos da prisão de Luca Traini depois do atentado cometido por ele reclamaram que, não só antes, mas também durante e mesmo depois de ter sido preso e algemado, a bandeira italiana não foi retirada de seus ombros. Alguns supuseram que esse detalhe não foi involuntário, mas resultante da conivência filo-fascista dos policiais – algumas semanas antes, em Florência, a polícia nacional havia atraído a indignação pública e o escrutínio da mídia após um recruta de 20 anos dos Carabinieri expor em seu quarto no quartel, visível do lado de fora da rua, uma bandeira da “Alemanha Imperial”, atualmente utilizada por grupos neonazistas).

Seja como for, o episódio de Luca Traini mostra que o significado de uma bandeira, embora não totalmente subjetiva, muda em relação à posição do observador na semiosfera, assim como em relação ao contexto pragmático no qual o enunciado da bandeira ocorre. Deixar que um terrorista racista neonazista coloque a bandeira italiana sobre seus ombros enquanto é preso pela polícia inevitavelmente o configura e até o legitima como uma espécie de vingador nacional, sacrificando-se a fim de purificar o território italiano de presenças racialmente impuras. As forças policiais deveriam ter retirado a bandeira dos ombros de Luca Traini o mais rápido possível, mas a interpretação heroica de seu gesto não depende apenas do contexto pragmático da bandeira. Os cidadãos colocados no núcleo principal da semiosfera sociopolítica italiana, de fato, devem interpretar a bandeira do país não apenas e não principalmente como o símbolo visual de uma nação, mas sim e predominantemente como o símbolo visual de uma nação onde forças sociopolíticas extremamente diversas encontraram um denominador comum após o final da Segunda Guerra Mundial, em sua oposição ao fascismo e ao nazismo. Os pais da Constituição italiana dedicaram um artigo específico, o nº 12, para designar o “*tricolore*” como a bandeira italiana não tanto por causa de uma ideologia positiva, mas de acordo com uma ideologia negativa e contrastiva: a bandeira da Itália deve ser o “*tricolore*” porque outras bandeiras menos inclusivas, e especialmente a fascista ou a monárquica, devem ser rejeitadas e consideradas indignas de representar a nação.

CONCLUSÃO: SEMIOSFERAS DE BANDEIRA

A semiótica de Lotman, no entanto, aponta que o que é mainstream em uma semiosfera pode ser cada vez mais reduzido de forma a tornar-se marginal ou até mesmo expulso do perímetro sociocultural de uma comunidade, enquanto, ao contrário, conteúdos culturais que anteriormente estavam fora da semiosfera ou em suas margens são progressivamente promovidos em direção ao núcleo e dado o status de princípios mainstream.

No futuro, a bandeira italiana poderá deixar de lado as conotações étnicas que estavam na corrente dominante enquanto a Itália era um país que enviava migrantes para o mundo mais do que os recebia, e se tornar uma bandeira mais inclusiva: por exemplo, a bandeira de todos aqueles que compartilham o conhecimento da língua italiana e a observância da Constituição italiana. Se tal ampliação da semântica de pertencer à bandeira italiana ocorrer, então ninguém, senão na periferia da semiosfera ou mesmo fora dela, ficará chocado quando uma jovem estudante de ascendência africana hasteiar a bandeira italiana como um vestido; a corrente dominante, ao contrário, ficará orgulhosa da inclusão da sociedade italiana⁸. Um desenvolvimento diferente na semiosfera, entretanto, poderá levar a uma despromoção e promoção simetricamente oposta na recepção do mainstream italiano do que a bandeira nacional significa (Horvath, 2018): se as ideias de extrema direita continuarem a proliferar, então o “*tricolore*” poderá acabar sendo interpretado pela maioria como um *shibboleth* visual contra aqueles cuja etnia, religião, orientação sexual etc. não fazem parte da maioria.

As bandeiras italianas continuarão a ondular por muitos anos pelo país, mas o vento que as move pode ser de empatia e solidariedade ou de ódio e exclusão. Tal vento, entretanto, não será natural, mas humano, criado pelas miríades de discursos e meta-discursos que deixamos circular e cristalizar na semiosfera dia após dia. Devemos, portanto, ser extremamente cuidadosos e vigilantes, como cidadãos, mas também como semióticos, sobre os novos ventos que se formam na semiosfera, pois eles podem acabar agitando nossas bandeiras de uma forma que as transforma em sinais completamente diferentes e desagradáveis.

UMA NOTA DE RODAPÉ BRASILEIRA

Durante minha última visita ao Brasil, de 1 a 10 de julho de 2023, nas principais ruas de São Paulo era comum encontrar grupos de cidadãos e cidadãs agitando a bela bandeira nacional do Brasil e talvez exibindo as mesmas cores e detalhes também em camisetas, bonés ou em outras peças de vestuário. Entretanto, somente alguém que desconhecesse completamente a história política recente do país poderia supor que se tratava de uma reunião de torcedores em um jogo de futebol

⁸Sobre a semiótica do discurso da identidade da bandeira, ver Cerulo (1993) e, especialmente, Reichl (2004).

da seleção brasileira. Essa hipótese ou abdução, nas palavras do semioticista americano Charles Sanders Peirce (1957), estaria correta até alguns anos atrás, ou seja, antes da ascensão ao poder e da subsequente derrota de Jair Bolsonaro, o ex-presidente do Brasil (Sousa & Braga, 2021). É precisamente no contexto do “bolsonarismo”, de fato, que a bandeira nacional brasileira e, da mesma forma, seus componentes plásticos e figurativos, mudaram de significado, mas, acima de tudo, mudaram de “nível lógico de significação”.

Parece normal que os torcedores de um time nacional de futebol agitem suas bandeiras quando jogam contra o time de outra nação. Nesse caso, a bandeira significa futebolisticamente o que significa geopoliticamente, ou seja, a união de toda a comunidade nacional em apoio a um time que representa o país. Mas o que acontece se a mesma bandeira for adotada por um partido político e seus partidários? Ocorre um salto lógico nas modalidades pragmáticas do uso semiótico da bandeira, uma espécie de paradoxo de Russell: Se uma bandeira nacional é criada semioticamente para representar a distinção de uma comunidade nacional de outras, quando essa mesma bandeira é adotada como estandarte por uma subcomunidade nacional, por exemplo, os seguidores de um partido político ou líder – que pertencem à mesma classe de indivíduos que a bandeira nacional normalmente representaria, ou seja, todos os cidadãos de um país –, então as implicações semânticas e pragmáticas desse salto de classe são inevitavelmente violentas (Welch, 2020), porque questionam a própria existência da comunidade nacional (Gardner & Abrams, 2023). Quando um partido político se apodera da bandeira nacional, seus seguidores dizem, implícita ou explicitamente: os cidadãos que não são seguidores do mesmo partido não são bons cidadãos, não merecem a nacionalidade ou são até mesmo inimigos ocultos do país. Essa lógica, como é evidente, nega a própria semântica da palavra “partido”, que significa, precisamente, “parte política” de uma comunidade nacional, que consubstancialmente não coincide com a totalidade.

Por outro lado, quando esse curto-circuito ocorre, aqueles que são implicitamente designados como “inimigos da pátria” são colocados em uma situação paradoxal, na qual, se quiserem afirmar a nacionalidade da bandeira e negar o fato de que ela não pertence a um único partido político, correm o risco de exibir essa bandeira de maneira ambígua e hasteá-la quando ela já estiver carregada com a conotação que o partido político opositor quis atribuir a ela.

O fato de uma bandeira nacional se tornar um símbolo de uma concepção não pluralista de política e ser usada para tentar excluir da comunidade de cidadãos aqueles que não apoiam um determinado líder ou partido não é um fato novo na história; por um lado, Bolsonaro foi implícita ou explicitamente inspirado pelo movimento “*Forza Italia*”, de Silvio Berlusconi, que também se apropriou de

símbolos patrióticos nacionais para torná-los o apanágio simbólico excludente de um partido político. Berlusconi também é responsável, entre outras coisas, pela elaboração verbal da retórica dos “anti-italianos”, ou seja, aqueles que, por não apoiarem as ideias políticas do *Forza Italia*, provariam ser inimigos ocultos do país.

Esse mesmo evento semiótico também pode ser encontrado, de trás para frente, na conotação política da bandeira alemã: durante anos, mesmo em sua configuração plástica pós-guerra, ela foi associada ao advento e à afirmação político-estatal do nazismo, de modo que, durante décadas, após a derrota dessa ideologia política atroz, agitar uma bandeira alemã durante uma competição esportiva era um comportamento mal visto, porque poderia ser potencialmente sempre interpretado como nostálgico em relação ao período histórico que marca a história da nação alemã como uma falha indelével. Foi apenas recentemente, especialmente após a reunificação do país em 1989, que as bandeiras alemãs perderam essa conotação e voltaram a ser hasteadas nos estádios sem o peso do passado nazista.

No caso da bandeira italiana que se tornou o símbolo do partido político de Berlusconi, e ainda mais no caso da bandeira brasileira, adotada como bandeira da “resistência” bolsonarista ao retorno político de Lula, a sobreposição fatal entre o uso futebolístico e patriótico da bandeira também pesa muito. De fato, seria absurdo, pelo menos na geopolítica projetada pela longa onda de nacionalismos do século XIX, ser cidadão de um determinado país e torcer contra o próprio time durante uma partida de futebol contra a representação futebolística de outro país. Isso manifestaria imediatamente um problema de nacionalidade. Entretanto, esse poder da bandeira de sinalizar imediatamente a inclusão e a exclusão torna-se paradoxal e potencialmente violento quando transferido para a política. Na verdade, é como se ela sugerisse que alguém que não adere a uma determinada visão de política não pertence ao país, assim como alguém que não torce pelo time de futebol nacional.

Como, então, dismantelar a retórica paradoxal desencadeada por aqueles que, como o movimento bolsonarista, se apropriam de uma bandeira? Certamente não é “usando-a”, porque isso faria o jogo do adversário, apoiando implicitamente a teoria de que aqueles que são contra Bolsonaro são contra o Brasil e aqueles que são a favor do Brasil, e usam suas cores, são contra os inimigos de Bolsonaro. Mas também não é suficiente simplesmente usar ou agitar essa bandeira, porque a essa altura ela já foi conotada com as conotações partidárias que acabaram de ser descritas. A única maneira de escapar dessa escrita política forçada e potencialmente violenta da bandeira é então usá-la, mas negar o significado que o partido político oposto gostaria de atribuir a ela. No entanto, está claro que isso não pode ser feito verbalmente, muito menos por meio de uma análise semiótica complexa, como a que foi apresentada aqui. De fato as manifestações de rua precisam de símbolos imediatos, como bandeiras, e infelizmente não toleram raciocínios longos.

Uma estratégia viável, portanto, é reescrever o significado da bandeira nacional na direção oposta àquela tomada por aqueles que a transformariam em uma bandeira partidária. Isso deve ser feito, no entanto, não explorando diametralmente o paradoxo de Russell, por exemplo, usando a bandeira nacional com os símbolos do partido de Lula. Em um nível, isso expressaria uma reapropriação política da bandeira brasileira, mas, em um sentido mais amplo, faria o jogo do adversário, pois adotaria a mesma reivindicação partidária da bandeira adotada pelos bolsonaristas.

Ao contrário, para “despartidarizar” a bandeira nacional é preciso conotá-la com um salto lógico oposto ao proposto pelo bolsonarismo: se os bolsonaristas transformam a bandeira nacional em bandeira partidária, os antibolsonaristas não devem renunciar à bandeira nacional, nem reivindicá-la como bandeira de seu próprio partido, porque, como vimos, ambos os movimentos acabariam por fazer o jogo do adversário. Pelo contrário, aqueles que querem negar o caráter partidário e violento da bandeira brasileira devem adotá-la como as bandeiras em geral às vezes são usadas, e como a bandeira brasileira é frequentemente adotada, ou seja, como uma bandeira que identifica não apenas uma nação, mas também aqueles que admiram seus valores e modos de vida e que aspiram a torná-los seus. Não são muitos os turistas que saem da Alemanha ou da Holanda com sandálias, camisetas ou bonés dessas nações, enquanto a bandeira brasileira é objeto de um próspero merchandising internacional, e não apenas por motivos futebolísticos. De fato, a bandeira brasileira, com sua história, forma e cores, representa uma forma de vida nacional que muitos, mesmo não brasileiros, às vezes gostariam de adotar. Não há muitos países no mundo que inspiram um caso de amor supranacional, mas o Brasil é certamente um deles.

Para combater o uso bolsonarista da bandeira brasileira, portanto, não é necessário prescindir dela, nem a hastear como um símbolo antibolsonarista, mas sim apropriá-la no sentido oposto, como uma bandeira supranacional, que é usada e tremulada em todo o mundo como a bandeira de uma forma de vida musical e aberta, alegre e apaixonada, sensual e sofisticada, como uma bandeira da paz e da diversidade. Agitar a bandeira do Brasil com a bandeira internacional da paz talvez seja o ato menos bolsonarista que possa existir. ■

REFERÊNCIAS

Cerulo, K. A. (1993). Symbols and the World System: National Anthems and Flags, *Sociological Forum*, 8(2), 243-71. <https://www.jstor.org/stable/684637>

- Chandler, D. (2022). Un système de signaux maritimes: Saussure's example of a visual code. *Language and Semiotic Studies*, 8(1), 133-44. <https://doi.org/10.1515/lass-2022-080114>
- Consider Vexillology. (2013). *SemiotiX, a Global Information Magazine*. <https://semioticon.com/semiotix/2013/05/consider-vexillology/>
- Durkheim, É. (1912). *Les formes élémentaires de la vie religieuse : le système totémique en Australie*. Felix Alcan.
- Eco, U. (1975). *Trattato di semiotica generale*. Bompiani.
- Erokhina, Y. V., & Soboleva, A. K. (2020). Semiotic and Legal Analysis of the Visual Representation of Russian National Flags. *Proceedings of the Institute of State and Law of the RAS*, 14(6), 26-57. <http://dx.doi.org/10.35427/2073-4522-2019-14-6-erokhina-soboleva>
- Firth, R. (1973). *Symbols: Public and Private*. Cornell University Press.
- Gardner, P., & Abrams, B. (Eds.). (2023). *Symbolic Objects in Contentious Politics*. University of Michigan Press. <https://doi.org/10.3998/mpub.11722857>
- Goldstein, R. J. (2000). *Flag Burning and Free Speech: The Case of Texas v. Johnson*. University Press of Kansas.
- Hjelmstev, L. (1943). *Omkring sprogteoriens grundlæggelse*. Bianco Lunos.
- Hundley, H. L. (1997). The Signification of the American Flag: A Semiotic Analysis of *Texas v. Johnson*. *Free Speech Yearbook*, 35(1), 45-55. <https://doi.org/10.1080/08997225.1997.10556208>
- Knowlton, S. A. (2012). Applying Sebeok's Typology of Signs to the Study of Flags. *Raven*, 19, 57-98. <https://philarchive.org/rec/KNOAST-2>
- Leone, M. (2021). The Semiotics of Flags. In A. Wagner, & S. Marusek (Eds.), *Flags, Color, and the Legal Narrative: Public Memory, Identity, and Critique* (pp. 53-63). Springer. http://dx.doi.org/10.1007/978-3-030-32865-8_3
- Llobera, J. R. (2004). *Foundations of National Identity: From Catalonia to Europe*. Berghahn Books.
- Mangiapane, F., & Migliore, T. (2021). The European Flag according to Paolo Fabbri. *Images of Europe*, 4, 15-26. https://doi.org/10.1007/978-3-030-69240-7_2
- Horvath, G. (2018). The Semiotics of Flags: The New Zealand Flag Debate Deconstructed. In S. Mehta (Ed.), *Language and Literature in a Global World* (pp. 115-126). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-10-8468-3_7
- Ogenga, F. (2014). Visual semiotics and the national flag: A Kenyan perspective of Anglo-America's globe-cultural domination through mainstream music videos. *Semiotica*, 2014(202), 533-553. <https://doi.org/10.1515/sem-2014-0060>
- Pasch, G. (1975). Drapaux nationaux. *Semiotica*, 15(3), 285-295. <https://doi.org/10.1515/semi.1975.15.3.285>
- Peirce, C. S. (1957). *Essays in the Philosophy of Science*. Liberal Arts Press.

- Pelkey, J. (2017). *The Semiotics of X: Chiasmus, Cognition and Extreme Body Memory*. Bloomsbury.
- Reichl, S. (2004). Flying the Flag: The Intricate Semiotics of National Identity. *European Journal of English Studies*, 8(2), 205-217. <http://dx.doi.org/10.1080/1382557042000294738>
- Saussure, F. (1971). *Cours de linguistique générale*. Payot.
- Sebeok, T. A. (1997). Semiotica. In: Treccani, *Enciclopedia Treccani delle Scienze Sociali* [acesso em 4 mar. 2024]. Recuperado de http://www.treccani.it/enciclopedia/semiotica_%28Enciclopedia-delle-scienze-sociali%29/
- Sedda, F. (2007). *La vera storia della bandiera dei sardi*. Condaghes.
- Smith, W. (1975). *Flags Through the Ages and Across the World*. McGraw-Hill.
- Sousa, J. D., & Braga, A. B. (2021). Da política e do esporte: a bandeira brasileira e as rupturas discursivas da identidade nacional. *Entrepalavras*, 11(2). <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/2011/810>
- Wagner, A., & Marusek, S. (2021). *Flags, Color, and the Legal Narrative*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-32865-8>
- Watt, G. T., & Watt, W. C. (1997). Codes (*Kodes*). In: R. Posner, K. Robering, & T. A. Sebeok (Eds.), *Semiotik: ein Handbuch zu den zeichentheoretischen Grundlagen von Natur und Kultur* (pp. 404-413). De Gruyter.
- Weitman, S. R. (1998). National Flags: A Sociological Overview. *Semiotica*, 8(4), 328-367. <https://doi.org/10.1515/semi.1973.8.4.328>
- Welch, M. (2000). *Flag Burning: Moral Panic and the Criminalization of Protest*. De Gruyter.
- Welch, M. (2020). Signs of Trouble: Semiotics, Streetscapes, and the Republican Struggle in the North of Ireland. *Crime, Media, Culture*, 16(1), 7-32. <https://doi.org/10.1177/1741659018822939>

Artigo recebido em 18 de dezembro de 2023 e aprovado em 19 de fevereiro de 2024.